

Uma introdução à geopolítica das regiões polares

*João Franco*¹

(Lisboa / Portugal)

Resumo

Este artigo faz uma abordagem da história e da geografia das regiões polares, bem como refere as disputas geopolíticas envolvendo as mesmas, revelando sua importância estratégica atual. Aborda ainda das regiões polares à luz do direito internacional.

Palavras-chave: Regiões polares; Geopolítica; Estratégia.

Resumen

En este artículo se hace un abordaje de la historia y de la geografía de las regiones polares, bien como se refieren las disputas geopolíticas en las mismas y su importancia estratégica actual, no olvidando las regiones polares a la luz del derecho internacional.

Palabras-clave: Regiones polares; Geopolítica; Estrategia.

Introdução

A geopolítica das regiões polares é o tema deste artigo que irá caracterizar de forma breve e simples as zonas polares em termos geopolíticos.

O corpo do artigo dividir-se-á em seis capítulos, que abrangerão o contexto histórico, a geografia do Ártico, a geografia da Antártida, as regiões polares e o direito internacional, os recursos naturais e as disputas nas regiões polares que dão a importância estratégica atual das regiões polares.

Será que as regiões polares continuam a ter a importância estratégica que tiveram durante a Guerra Fria? É a essa pergunta que pretendemos responder com este artigo, dando também um visão de conjunto sobre as regiões polares.

¹ Geopolítico português. Contato: joao.franco4@sapo.pt

As regiões polares enquanto realidade histórica

Parecem datar do séc.XVI as primeiras tentativas de exploração das regiões polares, na busca de uma passagem nórdica para a Ásia. O carácter oceânico do Ártico só foi detectado em 1893, e o pólo foi atingido pela primeira vez em abril de 1909. Devido a estar mais próximo de zonas habitadas, a conquista do Ártico revelou-se menos complicada do que a conquista da Antártida. O fato de o Ártico estar circundado pelos Estados Unidos e pela Federação Russa confere-lhe ainda hoje, no pós-Guerra Fria, uma relativa importância estratégica, mas sobretudo geoeconômica, dados os recursos energéticos nas regiões circundantes, de que o Alaska é um exemplo, mas também no fundo marinho. Estes recursos, que parecem cada vez mais acessíveis, fruto das alterações climáticas, e conseqüente recuo dos gelos nas zonas polares, são no Ártico cobiçados pelas potências regionais.

O continente austral, por ser o mais remoto, só muito tarde veio a ser descoberto pelo homem. Há pouco mais de 100 anos o homem pisou pela primeira vez o solo do continente antártico. Já antes da sua descoberta muitos exploradores estavam convencidos da existência de um grande continente no sul do planeta. Era a chamada *Terra Australis Incognita*. Esta ideia remontava aos gregos, que acreditavam que para equilibrar as grandes massas terrestres existentes no hemisfério norte, teria de haver um grande continente no hemisfério sul. Desde a Navegação de Magalhães, muitos outros exploradores começaram a procurar os oceanos do sul em viagens exploratórias. As condições atmosféricas adversas tiveram um impacto positivo para a descoberta de terras ao sul do cabo Horn, já que as violentas tempestades e ventos empurravam muitas vezes os barcos até novas ilhas mais a sul (Antarctica Online, 2006). Contudo, estas viagens eram principalmente comerciais ou relacionadas com o continente americano. Só no início do século XVIII começaram as buscas sistemáticas de um continente austral. Exploradores ingleses e franceses começaram a procurar com afinco a *Terra Austral Incognita*. O explorador francês Jean-Baptiste Charles Bouvet de Lozier avistou terra a 1 de janeiro de 1739, a uma latitude de cerca de 54° sul. Esta terra era a atual Ilha Bouvet ou Bouvetmya, a ilha mais isolada da Terra. Mais tarde seria descoberta a ilha Kergulen.

Só em janeiro de 1773, James Cook cruzou pela primeira vez o Círculo Polar Antártico. As condições extremas que Cook encontrou, levaram-no a afirmar que não poderiam existir terras habitadas mais para Sul. Cook seria o primeiro a circum-navegar a Antártida, sem nunca a ter avistado. Após as viagens de Cook, os caçadores de focas e de baleias dirigiram-se para sul, em busca das valiosas peles e da carne e óleo dos

cetáceos. Durante as décadas seguintes, milhões de focas foram mortas nas ilhas sub-antárticas, colocando em perigo o equilíbrio ambiental. Os baleeiros surgiram também, em busca de águas ricas em baleias, enquanto outros começavam a caça dos elefantes-marinhos, dos quais foram mortos milhões, e transformados em óleo. Em 1819, um capitão inglês descobriu acidentalmente as ilhas Shetland do Sul e mais focas, o que lançou uma nova corrida dos caçadores mais para sul, começando uma nova carnificina (Idem, 2006).

O explorador russo Bellingshausen, seria o primeiro a avistar terra dentro do Círculo Polar Antártico e circum-navegou o continente, entre 1819 e 1821.

Entretanto, os caçadores de focas conseguiram no espaço de três meses matar cerca de 250 mil focas nas zonas circundantes das ilhas Shetland do Sul. Em busca de novos terrenos de caça faziam-se novas viagens mais para sul. A Península Antártica já tinha sido avistada, e em 7 de fevereiro de 1821 deu-se o primeiro desembarque registado no continente. Entre 1820 e 1821, foram exterminadas todas as focas nas Shetlands do Sul, onde estiveram em operação 91 navios de caça às focas.

Ao longo do século XIX sucederam-se as expedições em busca de novas terras e também do Pólo Sul magnético, feitas por exploradores de variados países (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos).

Durante o século XIX houve igualmente um avanço para o sul por parte dos baleeiros e caçadores de focas, que se deslocavam da Europa. O uso crescente da iluminação nas cidades aliviou a procura de óleo de baleia e de elefante marinho, assim, continuava-se à procura de novas zonas de caça. A caça às focas substituiu muitas das vezes a caça das baleias e sempre que se descobria uma nova zona, afluíam os barcos. A população de focas desapareceu quase por completo. Após a Conferência de Berlim, a exploração do Ártico intensificou-se, e sobretudo na entrada no século XX, com as primeiras viagens de Scott, enquanto que as expedições afluíam da Europa.

O assalto final ao Pólo Sul começou em janeiro de 1911 com a chegada do norueguês Amundsen à Baía das Baleias, e do norte-americano Scott à Ilha de Ross.

O Pólo Sul só foi atingido em 14 de dezembro de 1911 por Amundsen e depois pelo infelizmente Scott, que morreu com os seus homens na viagem de regresso, em janeiro de 1912 (Sachetti, 1994, p. 347-348).

É escusado dizer que os exploradores enfrentavam condições muitíssimo adversas, das quais ressaltavam histórias incríveis de sobrevivência.

Após a década de 1910 começou um período de intensa caça à baleia, proporcionado por avanços tecnológicos náuticos. Face a esta matança crescente, começaram a surgir as primeiras tentativas de conservação, mas devido à própria matança desregrada, a indústria baleeira entrou em declínio por volta de 1965.

As reivindicações territoriais começaram em 1908 e prolongaram-se nas décadas seguintes, muito embora países como os EUA e a União Soviética não tenham efetuado reivindicações. A Alemanha organizou uma expedição para reclamar uma fatia do território, mas correu mal e essa zona foi mais tarde reivindicada pela Noruega. Durante a Segunda Guerra Mundial, houve confrontos navais nos mares antárticos e bases nalgumas ilhas sub-antárticas, como a ilha de Kergulen. Após a Guerra, iniciou-se um novo tipo de exploração, mais governamental, da Antártida, face às expedições privadas e semi-privadas do passado. Estabeleceram-se as primeiras bases permanentes no continente. Os soviéticos também começaram a estabelecer as suas bases, uma delas, Vostok, perto do pólo geomagnético (Antarctica Online, 2006).

A atividade humana no continente, apesar de limitada atualmente por tratados internacionais tem tido algum impacto sobre a Antártida. A mineração é proibida, mas a caça durante o século XIX e princípios do século XX foi desastrosa, sobretudo para a população de focas que sofreu perdas incriveis. Os elefantes marinhos foram caçados até à década de 1960. Os pinguins também não escaparam, por necessidades de alimentação ou pesquisa científica. A caça às baleias que se sucedeu, matou mais de um milhão de exemplares. Até 1935, a Inglaterra e a Noruega eram responsáveis por 90% das capturas, mas depois entrou em cena o Japão, e mais tarde a União Soviética. Durante a década de 1960, a Inglaterra e a Noruega encerraram a caça às baleias na Antártida. Atualmente quase não há caça, com exceção de pequenas capturas feitas pelos japoneses. A recuperação da população de baleias é difícil e lenta, dado que os pinguins e as focas, que se crê terem ultrapassado os números anteriores à chegada do homem, consomem o alimento necessário às baleias, cuja ausência permitiu o aumento dos pinguins e focas que consomem krill. O homem também trouxe consigo a poluição, que na era moderna introduziu produtos compostos não biodegradáveis, como o plástico.

Só o futuro poderá dizer qual será o destino da Antártida. Continente protegido ou vítima dos interesses nacionais?

Geografia do Ártico

O Ártico não é na verdade um continente, mas apenas uma enorme massa de gelo flutuante, abaixo da qual está a água do oceano propriamente dita, embora a zona do oceano Ártico englobe algumas massas territoriais, como as ilhas Svalbard, as ilhas de Nova Zembla, algumas ilhas canadianas e o norte da Gronelândia. O Círculo Polar Ártico engloba uma área ainda maior, incluindo áreas da Rússia, EUA, Canadá, Finlândia, Suécia e Noruega. O Oceano Ártico é o mais pequeno dos oceanos e é circunscrito por uma esparsa rede de rotas aéreas, marítimas, terrestres e fluviais.

O clima é hostil, extremamente frio, com pequenas amplitudes térmicas ao longo do ano. Os invernos caracterizam-se pela escuridão contínua, enquanto que durante o verão existe sempre luminosidade e o tempo é mais úmido e enevoadado (CIA, 2014). Este clima não impede, contudo, a existência de comunidades humanas nas franjas do Círculo Polar Ártico, quer autóctones, conhecidas globalmente como *innuit*, quer de origem europeia.

O Ártico tem um ecossistema extremamente frágil, e sujeito a uma intensa pressão humana, o meio ambiente tem vindo a degradar-se. As explorações petrolíferas na sua periferia têm vindo a agravar o problema nas últimas décadas. A perda de importância estratégica por parte do Ártico no pós-Guerra Fria pode servir para a obtenção de soluções de compromisso para a preservação do ambiente na região. O Ártico influencia o ambiente de grande parte do mundo, e a degradação da camada de ozono e o chamado efeito de estufa, resultantes da atividade humana têm um profundo impacto ao fazerem recuar os gelos e aumentar o nível das águas do mar (Santos, 2001, p. 658, 659). O conceito de património comum da humanidade apesar de esboçado em vários textos e convenções, como a Convenção de Montego Bay, tem evidenciado evidentes dificuldades em termos da aplicabilidade no âmbito político, e convertibilidade jurídica. Esperemos que o Ártico possa usufruir num futuro próximo de um regime jurídico similar àquele de que goza a Antártida. Os países parecem começar a compreender a importância das zonas polares para o equilíbrio do planeta e o futuro da Humanidade.

Geografia da Antártida

Ao contrário do Ártico, a Antártida é um verdadeiro continente, cuja real natureza só foi averiguada em 1840. A maioria do continente está a sul do Círculo Polar Antártico, com a exceção de uma pequena parte da Península Antártica, que é a zona menos agreste do continente, e de outras pequenas regiões.

A Antártida é o continente mais isolado, distando 1000 quilómetros da América do Sul, 2500 quilómetros da Austrália e 4000 quilómetros da África do Sul. O Pólo Sul não fica no centro da Antártida, mas mais próximo do istmo da Península Antártica (Sachetti, 1994, p. 350).

Com uma área de mais de 14 milhões de km², a Antártida é maior do que a Austrália e a Europa. Da sua imensa área, só uma pequena parte (280 mil km²) não está coberta de gelo em permanência. Existem reclamações territoriais por parte de vários países neste continente, sendo que Austrália, Chile, Argentina e Chile querem direitos de Zona Económica Exclusiva (ZEE) sobre 200 milhas marítimas a partir das suas reivindicações continentais, mas tal como as próprias reivindicações, também estas não aceites por outros países (CIA, 2014). O Tratado da Antártida congela as reivindicações territoriais feitas pela Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido, sendo que algumas destas reivindicações sobrepõem-se. Os Estados Unidos e a maioria dos outros Estados não reconhecem as reivindicações territoriais dos países supra-citados e não efectuaram quaisquer reivindicações, mas a Rússia e os Estados Unidos reservaram-se o direito de fazê-lo no futuro. Até à data, não foram efetuadas reivindicações sobre o setor que vai dos 90 aos 150° Oeste (Idem, 2014). O Brasil, que assinou o Tratado da Antártida em 1975, é outro país que lançou um projecto de reivindicação de terras antárticas, mas alguns geógrafos brasileiros como Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, conhecida pelos seus trabalhos no âmbito da geopolítica, idealizaram e apoiaram a chamada Teoria da Defrontação, segundo a qual o Brasil deveria reclamar territórios na Antártida, reivindicações essas que se sobrepunham a territórios já reclamados há muito pela Argentina e Reino Unido. O Chile e a Argentina rejeitaram de imediato esta tese brasileira, que de resto nunca foi apoiada pelo poder político brasileiro, receoso de criar conflitos com a Argentina e o Reino Unido. Não obstante, o Brasil estabeleceu em 1984 a Estação Antártica Comandante Ferraz, e tem levado a cabo o Programa Antártico Brasileiro.

Na Antártida, as condições naturais são ainda mais adversas do que no Ártico, embora variem com a época do ano, com a altitude, e com a distância da costa. A queda de neve é diminuta, sendo a maioria do continente tecnicamente um deserto, com a cobertura gelada contendo quase 70% da água potável mundial e 90% do gelo. Gigantescos icebergs separam-se do continente todos os anos e cerca de metade dos oceanos circundantes gelam no Inverno, aumentando para mais do dobro o tamanho do continente (British Antarctic Survey, 2013).

Cerca de 98% do continente é coberto por uma espessa camada de gelo, e apenas 2% é rocha nua. As áreas livres de gelo são geralmente costeiras, como a Península Antártica, a Terra de Wilkes, partes da ilha de Ross e partes da zona sul da Terra Victória (CIA, 2014). Sob o peso esmagador dos gelos, muitas zonas registam altitudes negativas, que podem atingir os 500 metros. Se derretessem os gelos antárticos o continente erguer-se-ia várias centenas de metros em média.

Os desastres naturais são frequentes, com ventos conduzidos pela gravidade, tempestades ciclónicas, e vulcanismo. A Antártida é o continente mais frio, mais ventoso, mais seco e com uma média de altitude mais elevada. A maioria do continente é inabitável. Apesar destas condições extremas, existem dezenas de estações de pesquisa, umas permanentes, e outras que só operam no verão. São 29 países que operam ou estão representados em estações de pesquisa na Antártida: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Equador, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polónia, Rússia, África do Sul, Espanha, Suécia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos e Uruguai. O continente está sujeito às regulamentações do Tratado da Antártida, que iremos abordar em seção própria.

O fato de a Antártida estar distante do território americano e russo, foi um fator positivo para a sua preservação durante a Guerra Fria, o que já não sucedeu no Ártico, que foi uma zona de tensão, e de circulação de importantes forças navais submarinas.

A Antártida não tem portos ou cais, mas a maioria das estações de pesquisa costeiras possui pequenos ancoradouros *off-shore*, sendo que os abastecimentos são transferidos dos navios através de pequenos barcos, barcaças e helicópteros. Apesar de não haver aeroportos ou outras instalações de aterragem de acesso público, 30 estações têm infra-estruturas de aterragem para helicópteros (há plataformas para helicópteros em 27 estações) ou aviões, e duas empresas comerciais operam duas infra-estruturas de aterragem (CIA, 2014).

Pelo Tratado da Antártida estão proibidas todas as medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases militares e fortificações, o desenrolar de manobras militares, ou o teste de qualquer tipo de arma, muito embora seja permitido o uso de pessoal militar e equipamento para pesquisa científica ou para quaisquer outros fins pacíficos (Idem, 2014).

As regiões polares e o direito internacional

O Tratado da Antártida foi assinado em Washington em 1 de dezembro de 1959, na sequência do bom entendimento revelado durante o Ano Geofísico Internacional em 1957-1958, em que ocorreu o primeiro programa de cooperação multinacional relevante. O sucesso estrondoso do Ano Geofísico Internacional levou os então doze países activos na Antártida (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e União Soviética) a concordar que a cooperação pacífica na Antártida deveria continuar indefinidamente, e assim, a negociação do Tratado começou após o fim do Ano Geofísico Internacional.

O Tratado é pouco extenso e aplicável a toda a zona a sul dos 60° de latitude Sul. Qualquer membro das Nações Unidas pode aceder a este Tratado e há atualmente 44 signatários, dos quais 27 são Partes Consultivas, devido a terem sido signatários originais ou conduzirem na Antártida pesquisa significativa. Desde que entrou em vigor em 23 de junho de 1963, este Tratado tem sido reconhecido como um dos mais eficazes acordos internacionais, afastando os problemas relativos a reivindicações territoriais e funcionando bem no seu papel de regime de desarmamento. Para além do Tratado, existem alguns mecanismos subsidiários, como o Protocolo de Madrid que veremos abaixo, a Convenção para a Conservação das Focas da Antártida, as Medidas Acordadas para a Conservação da Fauna e Flora da Antártida, a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártida (Australian Antarctic Division, 2011).

Dos 14 artigos do Tratado da Antártida destacamos alguns pontos que nos parecem essenciais: Existe uma renúncia de qualquer Parte Contratante a direitos ou reivindicações de soberania territorial na Antártida; que será apenas usada para fins pacíficos. O Tratado garante que continua a haver liberdade para conduzir pesquisa científica; é promovida a cooperação científica internacional; estão proibidas as explosões nucleares e o despejo de resíduos nucleares e é criado um mecanismo de observadores, que podem ser designados por qualquer uma das partes do Tratado e que procedem à inspecção de navios, estações, e de equipamento na Antártida, para assegurar que se cumprem as disposições do Tratado (British Antarctic Survey, 2013).

O projecto de Convenção Sobre o Spitzberg terá funcionado como modelo inspirador das soluções para a elaboração de um regime internacional para a Antártida.

Moreira (2002) atribui a este Tratado um grande significado na evolução e história das relações internacionais:

A novidade esteve em que, pela primeira vez, a comunidade internacional decidia que a expansão das soberanias parasse diante de uma fronteira consensualmente definida, e que delimitava um elemento considerado importante, do patrimônio da Humanidade. (Moreira, 2002, p. 511).

O sucesso da cooperação na Antártida até ao momento tem sido exemplar, mas mudanças estruturais na comunidade internacional podem prejudicar este equilíbrio que custou a alcançar.

As partes signatárias do Tratado da Antártida elaboraram o Protocolo de Madrid, que foi assinado em 1991 como resposta a várias propostas para que se harmonizasse o vasto leque de disposições relativas à protecção ambiental contidas no Tratado da Antártida. O Protocolo designa a Antártida como uma reserva natural, dedicada à paz e à ciência. A negociação deste Protocolo seguiu-se a muitos anos de discussões sobre o controlo dos potenciais recursos minerais da Antártida. A Convenção dos Minerais da Antártida, adotada em junho de 1988, na Nova Zelândia, assumia como possível a compatibilidade da mineração com a protecção do ambiente na Antártida. Esta assunção foi sendo crescentemente questionada e em maio de 1989 a Austrália declarou que se opunha e que não iria assinar a Convenção dos Minerais da Antártida. À Austrália juntou-se a França, em agosto de 1989.

O Protocolo de Madrid foi negociado em menos de um ano e foi adotado em 4 de outubro de 1991, sendo assinado por todas as partes do Tratado da Antártida. O Protocolo só entrou em vigor em 14 de janeiro de 1998 após o depósito dos documentos legais exigidos. Para além do corpo principal do Protocolo foram negociados vários anexos relativos à avaliação de impactos ambientais; conservação da fauna e flora da Antártida; gestão e eliminação dos lixos; prevenção da poluição marítima e protecção e gestão de áreas (Australian Antarctic Division, 2011).

O Protocolo proíbe a mineração indefinidamente, mas isto pode ser alterado se todas as partes concordarem. Após 50 anos, uma conferência de revisão do Protocolo pode alterar a proibição desde que sejam cumpridas certas regras. Esta proibição é um dos aspectos mais importantes, mas que pode ser volatizado se o interesse dos Estados em causa o exigir.

O Ártico

O Ártico também foi objecto de reivindicações territoriais e de soberania, sendo elaborada a chamada Teoria dos Setores. Esta teoria, que se tornará efectiva em relação

à Antártida, divide a zona ártica em fatias traçadas a partir do pólo, similares a “varetas de guarda-chuva”. Esta teoria foi acolhida com pouco entusiasmo em relação ao Ártico, mesmo pelo país que a desenvolveu, o Canadá. Mas a teoria foi aplicada na prática, tendo sido criados seis setores distintos, um finlandês; um norueguês - que incluía o arquipélago de Spitzberg e as ilhas de Jan Mayen e dos Ursos -; um dinamarquês - que incorporava a Groenlândia -; um setor canadense - que englobava a ilha Sverdrup e setores russo e americano (Santos, 2001, p. 666).

Apenas a União Soviética aplicaria formalmente a Teoria dos Setores, consolidando as reivindicações que tinha feito em 1916 sobre a terra de Wrangel, a terra de Francisco José e a ilha de Vilkitzky, e proclamando a sua soberania sobre estas áreas em 1926. Um dos contenciosos mais importantes na zona é aquele que opõe a Noruega e a Federação Russa acerca do arquipélago de Spitzberg/Svalbard e do Mar de Barents, devido aos recursos piscatórios e energéticos da zona. No entanto, no geral, há uma procura da manutenção do equilíbrio entre as potências com interesses no Ártico. Se por um lado, os Estados envolvidos têm interesses comuns em termos regionais, relativos à exploração dos recursos presentes nos fundos oceânicos do Ártico, por outro lado, cada Estado tem um leque de interesses políticos, econômicos e estratégicos próprios.

A problemática da preservação ambiental e o desenvolvimento da cooperação e pesquisa científica transcendem os interesses particulares dos Estados ribeirinhos do Ártico, e afectam a comunidade internacional como um todo (Idem, p.668).

A questão das Svalbard/Spitzbergen

O arquipélago de Spitzberg, descoberto em finais do século XVI, não apresentava até 1871 qualquer interesse que justificasse uma ocupação efectiva, apesar de uma tentativa de reivindicação da Dinamarca pouco depois da descoberta. Entre 1871 e a assinatura do Tratado de Paris em 1920, que reconhece a soberania norueguesa, sucedem-se as tentativas de apropriação do arquipélago por parte de vários países, incluindo a Grã-Bretanha, a França e a Holanda, que caçavam cetáceos nas suas águas. A descoberta de importantes recursos minerais veio agravar o problema. Ao longo dos primeiros anos do século XX deram-se várias tentativas de estabelecer uma administração colectiva do arquipélago, cuja manifestação mais relevante saiu da Conferência de Christiania em 1912, sob o nome de Projecto de Convenção Sobre o Estatuto do Spitzberg, em que se previa um estatuto de quase património comum da

humanidade, como sucederia mais tarde com o Tratado da Antártida. O arquipélago seria declarado “*terra nullius*” e haveria liberdade de acesso para todos. O território seria também neutralizado, mas o projecto nunca foi por diante, ainda que tenha inspirado o importante instrumento que é o Tratado da Antártida (Santos, 2001, p. 670-675).

Atualmente mantêm-se as divergências entre a Noruega e a Rússia sobre a soberania dos recursos do território, ou melhor, de sua plataforma continental. O estatuto do arquipélago é *sui generis*., e segundo Anderson (2009):

O Tratado de Svalbard foi assinado em Paris em 1920, dando à Noruega soberania sobre as Svalbard. Mas é uma forma muito estranha de “soberania absoluta e irrestrita” que continua a ligar as Svalbard ao seu passado turbulento. Embora a Noruega comande, todos os outros signatários do tratado adquirem direitos a pescar, caçar, colocar armadilhas, estabelecer minas e empresas comerciais e a adquirir direitos minerais em Svalbard. Qualquer pessoa da agora longa lista de signatários-incluindo nações como a Arábia Saudita, Afeganistão, e Venezuela sem ligações particulares às Svalbard-pode partir e viver lá e começar trabalho. A Noruega tem o direito de regular as suas atividades, mas não de lucrar com elas. Quaisquer impostos cobrados nas Svalbard devem ser gastos na região(...). (p. 127).

Contudo, os russos continuam a achar que o Tratado não foi justo, dadas as longas relações russas com o arquipélago, e embora a presença russa e ucraniana seja de cerca de 45% da população, especialmente agrupada em torno de explorações mineiras, a Rússia sonha com uma revisão do Tratado de Paris.

Recursos naturais e disputas nas regiões polares

Na zona polar Ártica existem alguns recursos preciosos que têm sido cobiçados e disputados por vários países. Veja-se o caso acima da disputa sobre as Svalbard, que opõe a Noruega à Rússia. Para além da exploração de areias e de gravilhas, existem na zona polar ártica nódulos polimetálicos, campos de petróleo e de gás, bancos de pesca e mamíferos marinhos (focas e baleias). A atividade econômica limita-se justamente à exploração desses recursos naturais (CIA, 2014). Desde tempos remotos que as costas russa e norueguesa são conhecidas pela sua riqueza piscatória. Durante o século XX descobriram-se importantes aglomerados de nódulos de manganês no leito do Mar de Barents. Calcula-se que 70% dos recursos russos em hidrocarbonetos se encontrem no subsolo da plataforma continental Ártica. Já em 1904, Halford Mackinder tinha escrito

que o Ártico seria uma “zona pivô” quando se desenvolvessem as necessárias vias de comunicação com o *heartland* eurasiático (Santos, 2001, p. 663, 664).

Duvidamos que desde o fim da Guerra Fria a importância estratégica do Ártico tenha permanecido inalterada, mas a perda de importância estratégica foi compensada pelo reforço da importância geoeconômica num mundo ávido de hidrocarbonetos, e pela consciencialização dos Estados para a importância ambiental e climatológica do Ártico, que interessa a todos e pode facilitar a obtenção de um estatuto jurídico especial para a região, ainda que não o de patrimônio comum da humanidade, dado os interesses de potências como os EUA e a Rússia na área.

Atualmente, assistimos a comportamentos de contenção na região do Ártico, onde a cobertura de gelo de verão é apenas metade do que era há cinquenta anos atrás, apesar da polémica expedição russa submarina que levava a bandeira para colocar no fundo do mar (Brigham, 2010), o que coloca em evidência a evolução do sistema das relações internacionais, muito embora haja reservas quanto à adoção de estatutos como o de patrimônio comum da humanidade. As zonas árticas consideradas pela Convenção de Montego Bay como patrimônio comum da humanidade são as áreas de solo e subsolo oceânico que se encontram entre 120° e 135° de longitude Leste, numa zona coberta em permanência pelo gelo e de difícil acesso à exploração. Os recursos do Ártico são altamente valiosos e ninguém sabe o que o futuro reserva, apesar de estar delimitado por nações desenvolvidas, que até agora têm sabido usar do comedimento. A maior mina de zinco do planeta situa-se no Noroeste do Alasca; e ao longo do Ártico, na Sibéria Ocidental, encontra-se o complexo mineiro de Norilsk Nickel, principal fonte mundial de níquel e de paládio e uma das principais produtoras de cobre; julga-se que 30% das reservas mundiais de gás por descobrir estejam no Círculo Polar Ártico e 13% das de petróleo.

A Noruega e a Rússia já estão a explorar alguns destes recursos, e a Groenlândia começou a exploração *off-shore* ao largo da sua costa ocidental. Paradoxalmente, não parecem ser os países nórdicos os futuros grandes beneficiários desta exploração, mas sim a Índia e a China, países emergentes que necessitam de alimentar as suas economias galopantes com energia abundante e barata (Idem, 2010). Embora o estado americano do Alasca tenha grandes recursos em petróleo, a Rússia parece estar a levar a dianteira no Ártico com vastos recursos não só de petróleo, mas principalmente de gás. Há que ter em conta que durante a era soviética derrames de crude causaram graves danos na Sibéria Ocidental. Nada que preocupasse muito as autoridades soviéticas à

época. Mas as coisas parecem estar a mudar nos tempos recentes, com uma tomada de consciência em relação ao frágil ambiente Ártico. Nos últimos anos não se registaram derrames de envergadura na Federação Russa, em contrapartida, um oleoduto danificado da BP derramou na tundra do Alasca quase um milhão de litros de crude (Anderson, 2009). Os protestos dos ambientalistas parecem em qualquer dos casos incapazes de travar o avanço das companhias petrolíferas para o Norte.

A Antártida, como era desabitada e uma possível fonte de recursos valiosos, sofreu reivindicações territoriais por parte de vários Estados: o Reino Unido reclamou uma fatia em 1908, a Nova Zelândia fez a sua reivindicação em 1923, a França em 1924, a Austrália em 1933, a Noruega em 1939, o Chile em 1940 e a Argentina em 1943 (Rosenberg, 2011). A Austrália é o país que reivindica uma zona mais extensa deste continente: quase 5,9 milhões de km², correspondendo a 42% da Antártida. A reivindicação australiana é baseada numa longa associação histórica, desde que o australiano Douglas Mawson comandou uma expedição de australianos e neozelandeses entre 1911 e 1914 (Australian Antarctic Division, 2011).

Já que o Tratado da Antártida proíbe a realização de atividades relacionadas com recursos minerais, excepto a pesquisa científica, a atividade económica na Antártida reduz-se à pesca costeira e ao turismo, ambos com base no estrangeiro. A pesca desregulada pode constituir uma ameaça acrescida para o equilíbrio do ecossistema da região. O número de turistas que procuram visitar a Antártida tem vindo a crescer, sendo já largos milhares por ano.

Foram até ao momento encontrados pequenos depósitos de minério de ferro, crómio, cobre, ouro, níquel, platina e outros minerais, bem como carvão e hidrocarbonetos, que até ao momento não explorados devido aos acordos internacionais. Mas o krill, caranguejos e outros peixes são explorados por empresas pesqueiras (CIA, 2014).

O Protocolo de Madrid (Protocolo sobre Protecção Ambiental ao Tratado da Antártida) proíbe as atividades de exploração mineira na Antártida por 50 anos. O uso dos icebergs para a obtenção de água é permitido, porque a água é encarada como um recurso renovável, ao contrário dos minérios e hidrocarbonetos. Esse é recurso abundante e acessível na Antártida, que é cada vez mais escasso e precioso nos outros continentes.

Apesar de existir um potencial de recursos mineiros, a exploração apresenta-se muito mais difícil do que noutros pontos do globo em razão das difíceis condições

logísticas e atmosféricas, e como tal, muito mais dispendiosa. O fato de 98% do território da Antártida estar coberto de gelo, com quase 2,5 km de espessura é também um dos fatores a ter em conta e que dificulta a exploração. Especialistas acreditam que o frio extremo também foi prejudicial à formação de filões minerais, e a quase ausência de vida animal e vegetal em terra também impediu a formação de depósitos significativos de petróleo e gás. Não obstante, é possível que por processos ainda desconhecidos, dadas as condições únicas do continente, se verifiquem aglomerações minerais mais expressivas.

As aglomerações de carvão conhecidas são de fraco teor e sem grande probabilidade de serem exploradas, dado existirem em todo o mundo depósitos mais acessíveis e de melhor qualidade. O carvão antártico está longe de todos os mercados e não há infra-estruturas, como cidades, estradas ou portos, que possam tornar o seu uso rentável (Australian Arctic Division, 2011).

Relativamente ao minério de ferro, a situação não é por enquanto muito mais promissora, porque as aflorações de minério estão muito remotas e o minério contém apenas 35% de ferro, uma percentagem demasiado baixa para a exploração comercial.

O crómio, outro mineral presente na Antártida, também não se encontra em concentrações que compensem a exploração económica. De modo similar, os nódulos polimetálicos existentes no fundo do Oceano Glacial Antártico são aparentemente mais pobres do que aqueles que se encontram noutras zonas do planeta, e se são pouco explorados em zonas muito mais acessíveis, por muito tempo ainda o serão menos na Antártida.

Em relação aos hidrocarbonetos, a situação também não parece animadora, especialmente no continente, devido à morfologia das rochas e a uma série de outros fatores. Ao largo da costa, com muitas zonas ainda por explorar, a situação pode ser mais favorável, mas as condições naturais não facilitarão uma possível exploração a médio prazo (Australian Arctic Division, 2011). A hipótese da presença de hidrocarbonetos prende-se com o fato de a Antártida ter sido em tempos um continente temperado, parte do super continente Gondwana.

Há igualmente posições convergentes das grandes potências quanto à preservação do património natural da Antártida, que por enquanto têm conseguido impedir a exploração mineira no continente. Contudo, situações graves de conflito internacional e outras dificuldades podem fazer inverter esta situação.

A importância estratégica atual das regiões polares

Neste início de século, que importância têm as regiões polares para os pensadores estratégicos? Com o fim da Guerra Fria, o Ártico perdeu a importância que lhe era atribuída, ao ser a rota mais curta entre EUA e União Soviética a ser seguida pelos ICBM. Nessas zonas polares também operavam os submarinos nucleares, que se ocultavam por debaixo dos gelos, para dificultar a sua detecção. Os dois principais vectores de utilização estratégica do Ártico estavam relacionados com os ICBM e correspondentes mecanismos de defesa e de alerta antecipado e com o controlo do mar da Noruega para impedir o livre acesso da frota soviética ao Atlântico (Lindsey, 1989, p.73).

Contudo, há pontos chave no Ártico que são ainda de grande importância para as rotas marítimas. Como já vimos, a importância atual do Ártico está mais ligada à geoeconomia, em que se procuram os recursos animais e minerais da zona. Após o fim da Guerra Fria, estamos perante uma situação em que seria possível uma desmilitarização do Ártico, porque os desafios estratégicos que se colocam à potência dominante têm provindo doutras direções (Médio Oriente e Extremo Oriente). Entretanto, as descobertas de petróleo e de gás natural na zona polar ártica têm aumentado nos últimos anos, e estima-se que as principais reservas petrolíferas dos Estados Unidos se encontrem no Alaska, e as russas no Mar de Barents.

Relativamente à Antártida, já durante a Guerra Fria a sua importância foi diminuída devido ao Tratado da Antártida, que a preserva da utilização militar. As incertezas quanto à viabilidade económica da exploração mineira e energética na Antártida contribuíram certamente para o sucesso da implementação do Tratado da Antártida e do Protocolo de Madrid. Se houvesse recursos abundantes e de fácil acesso, especialmente energéticos, teria com certeza sido mais difícil obter o consenso entre as partes. Há um interesse comum na preservação ambiental da Antártida e quanto ao combate a problemas como o buraco na camada de ozono, isto apesar de alguns países como os Estados Unidos não estarem a cumprir a parte que deviam em nome do almejado crescimento económico.

A exploração piscatória ao largo da Antártida pode ser uma atividade com um futuro interessante num mundo carente de alimentos, se se souber gerir este recurso de forma sustentada, especialmente no que refere aos mamíferos marinhos. Claro que existe opiniões de que os recursos piscatórios da Antártida devem ser deixados intocados, como reserva natural.

A descoberta futura de recursos importantes a nível mineiro ou energético, pode ser origem de situações de conflito, especialmente entre as partes que têm reivindicações territoriais na Antártida.

A Antártida possui a maior concentração de água potável do mundo (ainda que sob a forma de gelo), e sendo a água potável um recurso cada vez mais escasso e valioso, será compreensível que haja países a querer controlar esta importante reserva. Também esta questão poderá originar conflitos futuros, há medida que a água potável for escasseando para uma população humana em constante crescimento, e se tornar motivo de conflitos noutros continentes. Assim, enquanto o interesse futuro do Ártico está inevitavelmente ligado aos hidrocarbonetos, o da Antártida parece estar ligado à água.

Importantes para o equilíbrio do planeta, as regiões polares são extremamente sensíveis do ponto de vista ecológico, mas as necessidades crescentes de um planeta repleto de seres humanos poderão ser mais fortes e resultar na abertura destes territórios à exploração dos recursos.

Conclusão

Reconhecemos que um estudo mais aprofundado desta questão, que é sem dúvida pertinente dada a riqueza e a extensão da temática abrangida por este trabalho, seria desejável, mas cingimo-nos ao limite de páginas indicado para o trabalho, pensando contudo que este trabalho permite dar a conhecer o essencial associado às questões e condicionantes geopolíticas enfrentadas pelas regiões polares.

Esta temática é pouco estudada em Portugal e, infelizmente, a bibliografia também não é muito acessível no nosso país. Noutros países, como Brasil, Argentina, Chile, Índia e Austrália, directamente envolvidos nas regiões polares, é feita muita investigação e publicação de trabalhos.

Entendemos que o futuro das regiões polares será menos importante do ponto de vista estratégico do que do ponto de vista económico ou mesmo ambiental e climatológico.

Referências

ANDERSON, A. (2009), **After the ice-Life, death and geopolitics in the New Arctic**. New York: Harper Collins.

BRIGHAM, L. "O Ártico" in *Foreign Policy*, nº 18, Out.-Dez. 2010, pp. 24 a 30.

LINDSEY, G. "Strategic Stability in the Arctic", *Adelphi Papers*, Summer 1989, p.73.

MOREIRA, A. (2002), **Teoria das Relações Internacionais**, 4ª ed., Coimbra: Almedina.

ROSENBERG, M., (2011), **Antarctica**. About, <http://geography.about.com/cs/politicalgeog/a/antarctica.htm>, (acedido 15/12/2013).

SACHETTI, A. “**Os mares AntÁrticos**”, *Anais do Clube Militar Naval*, N°4-6, Abril-Junho de 1994), p.p. 345-356.

SANTOS, V. (2001), **A Humanidade e o Seu Património**, Lisboa: ISCSP.

Internet

About Antarctica. British Antarctic Survey, 2013. http://www.Antártida.ac.uk/About_Antarctica/index.html , (acedido 02/01/2014).

Antarctic History. Antarctica Online, 2006. <http://www.antarcticaonline.com/history/history.htm>, (acedido 02/01/2014).

Antarctic territorial claims. Australian Antarctic Division, 2011. <http://www.antarctica.gov.au/law-and-treaty/our-treaty-obligations/antarctic-territorial-claims> , (acedido em 02/01/2014).

Antarctica. CIA-World Factbook, 2014. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ay.html>, (acedido 02/01/2014).

Arctic Ocean. CIA- The World Factbook, 2014. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xq.html> (Acedido 02/01/2014).

Our Treaty Obligations. Australian Antarctic Division, 2011. <http://www.antarctica.gov.au/law-and-treaty/our-treaty-obligations> (Acedido 02/01/2014).

Resource Exploitation in the Antarctic Region. Australian Arctic Division, 2011. <http://www.antarctica.gov.au/about-us/publications/australian-antarctic-magazine/2001-2005/issue-3-autumn-2002/feature/resource-exploitation-in-the-antarctic-region>, (Acedido 02/01/2014).

The Madrid Protocol. Australian Antarctic Division, 2011. <http://www.antarctica.gov.au/law-and-treaty/the-madrid-protocol>, (Acedido 02/01/2014).

The Antarctic Treaty Explained, British Antarctic Survey, 2012. http://www.antarctica.ac.uk/About_Antarctica/Treaty/treatyperu.html (Acedido 02/01/2014).

Recebido em junho de 2014.

Publicado em agosto de 2014.